



Em **S**ociedade

APRESENTAÇÃO

Cristina Almeida Cunha Filgueiras



A revista Em Sociedade surgiu com o propósito de contribuir nas reflexões sobre a sociedade contemporânea. A diversidade de temas abordados nesse número expressa a abertura desta publicação aos vários enfoques das ciências sociais e em diálogo com outros campos do conhecimento. Os artigos aqui reunidos discutem temas diversos, tais como os efeitos econômicos de programas de transferência de renda em municípios de pequenos porte, os arranjos familiares, a participação na gestão de recursos hídricos, a cibercultura e sua profusão de imagens e paisagens sonoras, os problemas decorrentes da privatização do espaço público em condomínios fechados, a mobilidade urbana e os pedestres nas cidades brasileiras, e a atualidade da discussão sobre a relação entre colonialidade e as características da modernidade no Brasil. Além da diversidade de assuntos tratados, o conjunto de artigos aqui reunidos número exemplificam a riqueza e variedade do acervo metodológico das ciências sociais. Nos artigos há menção ao uso de entrevistas qualitativas, questionários, visitas técnicas, dados dos censos demográficos e das pesquisas de amostra domicílios, análise documental, análise de imagens captadas com tecnologias digitais.

No artigo “*A importância relativa das transferências não contributivas, Bolsa Família e BPC: uma análise na microrregião de Oliveira (MG)*”, Aurimar de Freitas Rezende aponta a relevância econômica para municípios de pequeno porte da transferência de renda não contributiva realizada pelo governo federal para indivíduos e famílias pobres. O montante de recursos recebidos em muitas cidades brasileiras supera os repasses entre governos pelos fundos de políticas públicas setoriais. O autor demonstra que as transferências, realizadas diretamente aos beneficiários e de forma regular, estimulam a economia local ao possibilitar que um maior volume de renda circule nos municípios e, dessa forma, fomentam as dinâmicas sociais e econômicas pois os recursos recebidos pelas famílias são principalmente utilizados na aquisição de bens e serviços na economia local.

As políticas públicas são também objeto do artigo de Lara Reis intitulado “*A ineficiência das políticas públicas voltadas à acessibilidade de pedestres nas cidades brasileiras: uma causa para a diminuição da utilização dos espaços públicos de determinados localidades e o conseqüente surgimento da insegurança nas ruas*”. Nesse artigo a mobilidade urbana e a acessibilidade nos espaços públicos, componentes centrais na qualidade de vida nas cidades brasileiras, são abordadas como questão social e política. A autora questiona as ações do poder público na infraestrutura de vialidade e pergunta se elas



favorecem o pedestre ou o prejudicam. Em estudo realizado na cidade paulista de Franca, observou-se que as razões para baixos índices de caminhabilidade estão associadas a fatores como o descaso por parte do governo municipal ao realizar baixo investimento com a infraestrutura de calçadas e demais espaços públicos de convivência e fluxo de pedestres. O pedestre está sempre em segundo plano quando se trata de políticas públicas de mobilidade urbana das cidades brasileiras, situação que, contudo, segundo Lara Reis, não provoca muitas demonstrações de resistência e insatisfação por parte da população.

A temática urbana também é abordada, sob outra perspectiva, por Natália Cardoso Marra que traz neste número da Em Sociedade um questionamento sobre efeitos urbanos e para a cidadania da implantação de loteamentos e condomínios fechados. No seu artigo “*A efetivação da cidadania no contexto da privatização da gestão urbana*” a autora examina a relação entre os referidos espaços com a cidadania e a neoliberalização, trazendo como evidências situações constatadas em dois municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Na visão de Natália Marra, a implantação desses condomínios impacta negativamente na governança da cidade. Moradores de bairros abertos e fechados têm a sua relação com a cidade modificada a partir da instalação de empreendimentos exclusivos, pois o acesso a determinadas áreas e serviços passa a ser controlado e limitado. A privatização do espaço tem como objetivo a promoção de espaços seguros e com serviços de qualidade. Na perspectiva da autora, os loteamentos fechados distorcem a concepção de interesse público, desequilibram a cidadania e permitem que o interesse privado prevaleça. Tal distorção é percebida como reflexo da influência do mercado na governança urbana, valorizando os interesses individuais e fomentando que estes sejam efetivados pela via do consumo (desigual em razão da desigualdade de classes) e não pelo exercício da cidadania civil, política e social.

A relação entre poder público e instituição participativa é o foco do artigo “*Avaliação qualitativa da atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas*”, de Rafael Lara Mazoni Andrades, Bruno de Castro Rozenberg e Henrique Alves de Castro. A necessidade de gerir recursos naturais escassos faz com que a gestão de bacias hidrográficas tenha assumido crescente importância no mundo. Os autores abordam a questão relacionando gestão ambiental, democracia e participação social. Eles alertam que uma análise que atribua relevância a instituições participativas e sua conexão com políticas públicas exige ultrapassar a visão schumpeteriana de democracia, isto é, aquela limitada à participação pelo voto nas



eleições. No Brasil, foi no contexto dos arranjos participativos surgidos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que surgiram os comitês de bacias hidrográficas. Pode-se afirmar que o CBH do Velhas seja, concomitantemente, uma instituição participativa de consulta e diagnóstico, de planejamento, de alocação de recursos, de formulação de políticas e de fiscalização. Do lado positivo da participação da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos, os autores destacam *“a superação das assimetrias de informação, afirmando uma nova cultura de direitos, o fortalecimento da capacidade de crítica e de interveniência dos setores de baixa renda num processo de aprendizagem, criando sinergia com potencial de multiplicar o potencial do cidadão no processo decisório”*. No entanto, segundo os autores, persiste o desafio de fazer com esses Comitês sejam de fato públicos, no formato e nos resultados

Thiago de Andrade Morandi, em *“Registros ubíquos: o uso de imagens feitas com celular como instrumentos de pesquisa”*, apresenta uma interessante análise sobre o registro de imagens de paisagens e paisagens sonoras. Segundo o autor, vivemos na era da ubiquidade, da onipresença facilitada e estimulada pelas tecnologias digitais. Nas últimas décadas vivenciamos o rápido avanço nos recursos de comunicação e, conseqüentemente, uma maior circulação de informações em variados formatos e com longo alcance. As relações sociais estão *on-line*, aparelhos celulares carregam câmeras de foto e vídeo e microfones que possibilitam o registro de acontecimentos e sua inserção nas redes, com o compartilhamento rápido/instantâneo de informações com frequência acompanhadas de áudios e imagens. É o que evidencia o autor ao analisar as atividades executadas em redes sociais por sineiros em cidades históricas mineiras. A paisagem dos sinos (a tradição de comunicação é proveniente da colonização portuguesa no Brasil e ainda resiste em algumas cidades) é registrada com imagens e sons. Os sineiros de Tiradentes e São João del Rei fazem registros ubíquos pelo celular, divulgam em vídeos ao vivo do *facebook* para transmitir em tempo real as atividades nas torres.

No sexto artigo desta edição, Angelita Alves de Carvalho, Maria Carolina Tomás e Simone Wajman, examinam, como o título indica com precisão, *“Quem são as famílias reconstituídas no Brasil? uma análise a partir do censo de 2010”*. O foco são os arranjos familiares onde há a presença de padrasto, madrasta ou enteados. Cada vez mais filhos crescem em lares reconstituídos, em uma rede social cada vez mais complexa, com novas



relações de poder, de gênero. Famílias reconstituídas por pessoas separadas ou divorciadas envolvem, muitas vezes, um conjunto complexo de relações de parentesco e alianças. No país, comparativamente às famílias intactas, as famílias reconstituídas estão mais presentes na área urbana do que rural e que as famílias com o pai e a presença de madrasta são aquelas com as melhores condições socioeconômicas, seguidas daquelas com ambos os pais presentes no domicílio. As famílias intactas, por sua vez, são aquelas que apresentam os maiores percentuais de brancos e também o melhor nível educacional dos pais.

Encerrando esta publicação, Pedro Picelli traz contribuição muito oportuna para a reflexão atual sobre o quanto das tensões e problemas da democracia brasileira estariam conectados ao nosso legado colonial. O artigo “*Colonialidade, democracia e cidadania no Brasil: sugestões de análise para os impasses brasileiros contemporâneos*” retoma a crítica a autores de destacadas obras do pensamento social brasileiro que refletiram a situação colonial como uma condicionante fundamental na constituição das relações sociais. As discussões que marcaram as ciências sociais em boa parte do século XX se centraram na incompletude e ausência de predicados que validassem um tipo específico de existência social democrática no Brasil (não realização completa de uma estratificação social classista, falta de organização burocrática da vida social, sobrevivência do passado em nosso presente, privatização da esfera pública e ideias de modernidade política “fora do lugar”). É notório também que boa parte das reflexões produzidas tenha deixado de fora “a análise das transgressões, da desordem e da violência. Esta ausência, porém, foi objeto da revisão da historiografia produzida a partir da década de 1980, cuja a principal novidade está na tomada da liberdade e da cidadania de maneira não unívoca dentro da esfera do conflito. As forças estruturais da sociedade seriam, então, recorrentemente reorganizadas pelos sujeitos através de estratégias de ajustamentos sociais. E conclui Picelli: “*O jogo da cidadania no Brasil (...) tolera a participação de todo e qualquer agente, mas não permite que tal participação coloque em disputa sob nenhuma circunstância as instâncias de poder*”. Há, assim, “*uma fobia de perda de poder por parte do grupo dominante*”.

Boa leitura!